

1. PRINCÍPIOS DO DIREITO ELEITORAL.....	31
1. Diferença entre postulados, princípios e regras eleitorais.....	31
1.1. Princípios informativos e princípios fundamentais.....	32
2. Dos Princípios Eleitorais.....	32
2.1. Princípio da anualidade eleitoral.....	32
2.2. Princípio da vedação da restrição de direitos políticos, ou da atipicidade eleitoral, ou da estrita legalidade eleitoral.....	35
2.3. Princípio do devido processo legal (art. 5º, LIV, da CF/88).....	36
2.4. Princípio da proporcionalidade, ou da razoabilidade, ou da proibição do excesso....	37
2.5. Princípio do contraditório (art. 5º, LV, da CF/88).....	39
2.6. Princípio da imparcialidade do juiz.....	41
2.7. Princípio da isonomia.....	42
2.8. Princípio dispositivo.....	43
2.9. Princípio do impulso oficial.....	43
2.10. Princípio da oralidade.....	43
2.11. Princípio da publicidade.....	44
2.12. Princípio da lealdade processual.....	44
2.13. Princípio da economia processual — princípio da instrumentalidade das formas e a derivação — “exclusão do excesso”.....	45
2.14. Princípio da preclusão.....	46
2.15. Princípio da celeridade processual.....	46
2.16. Princípio da identidade física do juiz.....	47
3. Questões.....	48
2. A JUSTIÇA ELEITORAL.....	51
1. A Visão Global.....	51
2. A Composição da Justiça Eleitoral.....	57
3. Questões.....	60
3. DIREITO ELEITORAL — CONCEITO, CLASSIFICAÇÕES E ELEIÇÕES NO BRASIL.....	67
1. Conceito.....	67
1.1. Fontes do Direito Eleitoral.....	68
2. Classificações.....	69
2.1. Democracia.....	69
2.1.1. Espécies.....	71
2.1.2. A democracia e a vedação material implícita ao poder constituinte derivado reformador.....	72
2.1.2.1. No sentido corriqueiro ou vulgar.....	72

2.1.2.2. No sentido sistemático.....	73
2.1.2.3. No sentido principiológico.....	73
2.2. Soberania Popular.....	75
2.2.1. Plebiscito e referendo.....	76
2.2.1.1. Características.....	76
2.2.2. Iniciativa Popular.....	77
3. Eleições no Brasil.....	77
4. Questões.....	82
4. DIREITOS POLÍTICOS POSITIVOS E NEGATIVOS — SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO.....	85
1. Direitos Políticos.....	85
1.1. Conceito e noções.....	85
1.1.1. O alistamento.....	85
1.1.2. Cancelamento da inscrição eleitoral.....	90
1.1.3. Condições de elegibilidade.....	94
1.1.4. Filiação partidária.....	101
1.1.5. Filiações especiais.....	102
1.1.5.1. O militar.....	102
1.1.5.2. O membro do Ministério Público após EC n. 45/2004 (após 31.12.2004).....	103
1.1.5.3. Depois da CF/88 até 30.12.2004.....	105
1.1.5.4. <i>Leading Case</i>	105
1.1.5.5. A partir de 31.12.2004 (EC n. 45/2004 — Reforma do Judiciário).....	106
1.1.5.6. Filiação de magistrado e membro de Tribunais de Contas.....	107
1.1.6. Inelegibilidade.....	107
1.1.6.1. Quadro para concurso.....	109
1.1.7. Desincompatibilização.....	110
2. Direitos políticos positivos.....	110
2.1. Conceito.....	110
2.2. Sufrágio.....	111
2.2.1. Formas de sufrágio.....	112
2.3. Requisitos para ser eleitor.....	123
2.4. Voto.....	123
2.5. Sistemas eleitorais.....	124
2.6. Escrutínio.....	125
2.7. Partidos políticos e coligação.....	125
2.8. Nulidade dos votos e das eleições.....	125
2.9. Direitos políticos negativos.....	126
2.9.1. Conceito.....	126
2.9.2. Princípio.....	126
2.9.3. Suspensão e perda dos direitos políticos.....	126
2.9.4. Reaquisição dos direitos políticos.....	130
2.9.5. Síntese para concurso público de suspensão e perda de direitos políticos.....	131
2.10. Sistema Político.....	132
2.11. Visão geral para concurso.....	135
3. Questões.....	137

5. SISTEMAS ELEITORAIS	141
1. Sistemas Eleitorais	141
1.1. Conceito e espécies.....	141
1.1.1. Sistema majoritário	141
1.1.1.1. Candidato único	143
1.1.2. Sistema proporcional e o coeficiente eleitoral	147
1.1.3. Distritos de média magnitude	167
1.1.4. Sistema distrital misto.....	169
1.1.5. Síntese para concursos	171
1.1.5.1. Sistemas eleitorais.....	171
1.1.5.2. Do voto distrital	171
1.1.6. Síntese sobre sistemas eleitorais	173
1.1.7. Sistema proporcional de lista fechada.....	174
1.1.8. Atualização com as eleições de 2010.....	175
2. Questões	186
6. NULIDADES DOS VOTOS E DA ELEIÇÃO.....	193
1. Nulidades dos Votos e da Eleição — PARTE I.....	193
1.1. Atos nulos, inexistentes e anuláveis — distinções	193
2. Nulidades dos Votos e da Eleição — PARTE II.....	198
3. Nulidade e art. 224 do Código Eleitoral — Consulta n. 1.657/PI — Eleições 2008	200
4. Nulidade das Seções Eleitorais.....	204
5. Nulidades Eleitorais e o art. 219 do Código Eleitoral.....	206
6. Nulidades Eleitorais e os arts. 221 e 222 do Código Eleitoral.....	207
7. Resumo para Concursos — Votos Nulos e Anuláveis	208
8. A Problemática das Nulidades Eleitorais e o art. 41-A da Lei n. 9.504/97.....	210
8.1. Art. 41-A da Lei n. 9.504/97 e nulidade de votos	210
8.2. A nulidade no art. 41-A da Lei n. 9.504/97 e possibilidade de o candidato que deu causa concorrer na nova eleição	213
8.3. A nulidade, o art. 41-A da Lei n. 9.504/97 e a teoria do fruto da árvore envenenada — <i>fruits of the poisonous tree doctrine</i>	213
8.4. Nulidade decorrente de compra de votos (art. 41-A da Lei n. 9.504/97) em eleições proporcionais	215
8.5. Nulificação de votos (votos apolíticos) e diferença de nulidade da eleição	216
8.6. Recursos das decisões das Juntas Eleitorais.....	217
9. Nulidade de Votos no Sistema Proporcional com a Lei da Ficha Limpa: diferença entre fase da AIRC (Registro de Candidatura) e a fase da ALME/RCD (após as eleições)	218
10. Questões	222
7. SISTEMA ELETRÔNICO — ELEIÇÕES COM A URNA ELETRÔNICA: VOTAÇÃO E APURAÇÃO — FOTO DO VICE NA URNA	225
1. Histórico	225
2. Eleições com a Urna Eletrônica. Votação e Apuração. Regras.....	229
2.1. Votação.....	231
2.2. Votação paralela	258
2.3. Apuração.....	263

3. A Proibição da Utilização de Simuladores de Urnas Eletrônicas como Veículo para Propaganda Eleitoral	269
4. Foto do Vice na Urna e Litisconsórcio.....	269
5. Questões	271
8. PARTIDOS POLÍTICOS E COLIGAÇÕES — FILIAÇÃO, CONVENÇÃO PARTIDÁRIA E REGISTRO DE CANDIDATURA. VERTICALIZAÇÃO DAS COLIGAÇÕES, CLÁUSULA DE BARREIRA E FIDELIDADE PARTIDÁRIA	275
1. Partidos Políticos e Coligações	275
1.1. Sistema constitucional brasileiro — pluripartidarismo	277
1.2. Exigências para se criar um partido político	278
1.2.1. Criação	278
1.2.2. Apoio mínimo de eleitores	278
1.2.3. Registro do estatuto do partido no TSE	279
1.3. Filiação partidária — duplicidade e triplicidade — e coligação	279
1.3.1. Filiação.....	279
1.3.2. Duplicidade e triplicidade de filiação	281
1.3.3. Triplicidade de filiações	283
1.3.4. Fim da candidatura nata	284
1.3.5. Coligação partidária	284
1.4. Convenção partidária e registro de candidatura	290
1.4.1. Convenção partidária	290
1.4.2. Registro de candidatura.....	296
1.4.2.1. Visão geral	296
1.4.2.2. Registro. Especificidades	299
1.4.2.3. Teoria da conta e risco e teoria dos votos engavetados	301
1.4.2.4. O que fez a Lei n. 12.034/2009?.....	303
1.4.2.5. Número de candidatos a serem lançados por partido ou coligação	303
1.4.2.6. Deputados Federais.....	307
1.4.2.7. Deputados Estaduais	308
1.4.2.8. Vereadores	310
1.4.2.8.1. Mudança de Vereadores no Brasil.....	313
1.4.3. Registro de candidaturas e o princípio da preservação	319
1.4.3.1. Registro de candidatura do militar	320
1.4.4. Doações ocultas — art. 23, § 2º, da Lei n. 9.504/97 c/c art. 39, § 5º, da Lei n. 9.096/95	320
1.4.4.1. Doação pela internet na campanha eleitoral — art. 23, § 2º, Lei n. 9.504/97	328
2. Verticalização das Coligações.....	330
2.1. Vantagens da verticalização	336
3. Cláusula de Barreira ou Desempenho	338
3.1. Conceito.....	338
3.2. Cláusula de barreira e o plano de “funcionamento parlamentar” do partido político	338
3.3. Diferença entre a cláusula de barreira ou desempenho e a cláusula de bloqueio ou exclusão	339
3.4. A cláusula de barreira e o período de transição.....	340
3.5. Tribunal Superior Eleitoral e as três interpretações sobre a cláusula de barreira nas eleições de 2006	340

3.6.	STF e a declaração de inconstitucionalidade da “cláusula de barreira ou desempenho rígida”	342
3.7.	Inconstitucionalidade do art. 13 da Lei n. 9.096/95 e outros artigos por “arrastamento” ou “critério da consequência”	342
3.8.	Interpretação da decisão do STF sobre o tema	344
3.9.	O que o TSE decidiu para distribuição do Fundo Partidário em 2007?	346
3.10.	A reação do Legislativo — Lei n. 11.459, de 21.03.2007	347
3.11.	E, por fim, como ficou o tempo gratuito de propaganda partidária com a nova decisão do TSE?	348
3.12.	Conclusão	348
4.	Fidelidade Partidária	350
4.1.	Conceito	350
4.2.	Instrumentos jurídico-administrativos (no próprio Legislativo) e cível-eleitoral (na Justiça Eleitoral) para perda do mandato por infidelidade partidária (Resolução n. 22.610/2007 do Tribunal Superior Eleitoral)	352
4.2.1.	Instrumentos jurídicos administrativos possíveis	352
4.2.2.	Competência nas duas ações administrativas eleitorais	354
4.2.3.	Do rito e representação adequados	355
4.2.4.	Requisitos da inicial sob pena de inépcia	355
4.2.4.1.	Endereçamento da petição inicial (competência)	360
4.2.4.2.	Recurso em procedimento de infidelidade partidária	364
4.3.	No dia 01.08.2007, o TSE vai além e decide que mudança de partido, ainda que dentro da mesma coligação, também acarreta a perda do mandato	365
4.4.	A Consulta n. 1.407 do Tribunal Superior Eleitoral e a “extensão” da Consulta n. 1.398 para eleições majoritárias	367
4.5.	Conclusões de grande interesse	368
4.5.1.	Capacidade postulatória	368
4.5.2.	Contraditório e ampla defesa	368
4.5.3.	Razoável duração do processo	369
5.	Questões	369
9.	DOMICÍLIO ELEITORAL E TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO	371
1.	Noções	371
1.1.	Domicílio eleitoral	371
1.2.	Transferência de domicílio eleitoral	372
1.3.	Diferenciação: domicílio x transferência eleitoral	373
1.3.1.	No seu sentido corriqueiro ou vulgar	376
1.3.2.	No sentido sistemático	376
1.3.3.	No sentido principiológico	377
1.4.	Como requerer alistamento ou transferência de domicílio eleitoral	379
2.	Questão	380
10.	PESQUISAS E PROPAGANDA ELEITORAL	383
1.	Pesquisa Eleitoral	383
1.1.	Visão geral — pesquisas e sondagens	383
1.2.	Natureza jurídica da multa prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 9.504/97	391
1.3.	Diferença de pesquisa e enquete	393
1.4.	Nota final	394
2.	Propaganda Eleitoral	395

2.1. Princípios aplicados à propaganda eleitoral	395
2.2. Classificação da propaganda eleitoral	397
2.2.1. Distribuição de tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV (art. 47, § 2º, da Lei n. 9.504/97)	399
2.2.2. Aprofundando o estudo da propaganda eleitoral <i>strictu sensu</i> (nas três modalidades — partidária, intrapartidária e eleitoral propriamente dita)	400
2.3. Propaganda eleitoral e a Lei n. 12.034/2009	403
2.3.1. Conceito	403
2.3.2. Da propaganda eleitoral em bens públicos	404
2.3.3. Da propaganda eleitoral em bens particulares	409
2.3.4. Materiais de campanha e CNPJ	423
2.3.5. Comícios, carretas, passeatas, caminhadas, carro de som, alto-falantes	424
2.3.5.1. Alto-falantes e amplificadores de som	424
2.3.5.2. Comícios, showmícios e trios elétricos	425
2.3.5.3. Confecção de brindes de campanha	427
2.3.5.4. <i>Outdoors</i>	430
2.3.5.5. Carreta e passeata	432
2.3.5.6. Boca de urna	432
2.3.6. Tipicidade conglobante em boca de urna: permissão da propaganda eleitoral individual e silenciosa	434
2.3.7. Propaganda eleitoral na imprensa escrita e sua reprodução na internet	438
2.3.7.1. Reprodução na internet do jornal impresso	441
2.3.8. Propaganda eleitoral no rádio e TV	444
2.3.8.1. Propaganda eleitoral no rádio e TV e poder de mídia. Conceito de truçagem e montagem. Uso de imagem e voz de candidato ou militante de partido. Visão geral de propaganda eleitoral no rádio e TV	448
2.3.8.2. Regras para debates eleitorais	470
2.3.8.2.1. Regras de debates apenas para rádio e TV (concessão pública) ...	471
2.3.8.3. Propaganda eleitoral no rádio e TV e a nova grade horária na propaganda eleitoral gratuita de Senadores	473
2.3.8.4. Da competência para análise de propaganda eleitoral no caso de dois júzos eleitorais	484
2.3.8.5. “Direito de antena” no segundo turno nos municípios em que não haja emissora de rádio e TV	485
2.3.8.6. Propaganda eleitoral em outro país	487
2.3.8.7. Compensação fiscal das emissoras de rádio e TV pela propaganda partidária, eleitoral, em plebiscitos e referendos e, ainda, por força de comunicados da Justiça Eleitoral	488
2.3.8.8. Análise do conceito de censura. Desvio de finalidade na propaganda eleitoral gratuita no rádio e TV	492
2.3.8.8.1. Propaganda eleitoral na legislação eleitoral e análise de sua compatibilidade com a Constituição Federal	492
2.3.9. Propaganda eleitoral na internet	498
2.3.10. Quadro comparativo das propagandas eleitorais	514
2.3.11. Quadro de propaganda eleitoral permitida e proibida com a nova Lei n. 12.034/2009	516
2.4. Propaganda eleitoral propriamente dita extemporânea ou antecipada	520
2.4.1. Distinções entre o art. 74 e o 73, VI, <i>b</i> , da Lei n. 9.504/97 — se for nos 3 meses anteriores ao pleito, o enquadramento legal não será no art. 74, e sim no art. 73	524

2.5. Atipicidade em propaganda eleitoral antecipada.....	525
2.6. Poder de polícia, elisão de multa e prévio conhecimento do candidato.....	528
2.6.1. Liberdade na propaganda eleitoral e poder de polícia em caráter excepcional, sob pena de crime.....	528
2.6.2. Poder de polícia e sua transposição ao Direito Eleitoral.....	529
2.6.3. Poder de polícia em forma de prévio conhecimento.....	534
2.6.4. Poder de polícia que elide multa.....	536
2.6.5. Conclusão do poder de polícia sobre a forma de prévio conhecimento e quando elide multa na Lei n. 12.034/2009.....	536
2.6.6. Postura municipal não pode ser objeto de poder de polícia eleitoral.....	537
3. Propaganda Partidária.....	538
3.1. Distribuição de tempo na propaganda partidária.....	539
3.1.1. Critério (art. 57 da Lei n. 9.096/95).....	539
3.1.1.1. Funcionamento parlamentar.....	539
3.1.1.2. Benefícios.....	539
3.1.1.3. Conclusão.....	539
3.1.2. Critério (art. 56 da Lei n. 9.096/95).....	540
3.1.2.1. Funcionamento parlamentar.....	540
3.1.2.2. Benefício.....	540
3.1.2.3. Conclusão.....	540
3.1.3. Critério residual.....	540
3.2. Propaganda partidária desvirtuada pode sofrer multa por ser propaganda eleitoral extemporânea.....	542
4. Propaganda Intrapartidária.....	543
4.1. Dados importantes.....	543
5. Esquema das Espécies de Propagandas.....	544
6. Questões.....	545

11. DAS CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHA ELEITORAL. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL.....

1. Das Condutas Vedadas.....	547
1.1. Visão geral.....	547
1.1.1. Das condutas vedadas aos agentes políticos propriamente ditas (“condutas vedadas genéricas”).....	554
2. Publicidade Institucional (“Conduta Vedada Específica”).....	588
3. Potencialidade do Dano <i>versus</i> “Princípio da Proporcionalidade (Proibição do Excesso ou Dosimetria da Pena)”. Há Diferença? O Princípio da Bagatela ou Insignificância Eleitoral.....	599
4. Dos arts. 75 e 76 da Lei n. 9.504/97: (“Conduta Vedada Específica”).....	602
5. Art. 77 da Lei n. 9.504/97 — Problemática da “Inauguração de Obras Públicas” (“Conduta Vedada Específica”).....	606
5.1. Art. 77 da Lei n. 9.504/97 — participação (conduta ativa) e comparecimento (conduta passiva).....	608
5.2. Art. 77 da Lei n. 9.504/97 — cassação do registro e/ou do diploma.....	609
5.3. Art. 77 da Lei n. 9.504/97 — momento da incidência.....	611
5.4. Art. 77 da Lei n. 9.504/97 — conceito de obra pública.....	611
6. Quadro Sinóptico de Todas as Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanha Eleitoral (arts. 73 a 77 da LE, Atualizado com a Lei n. 12.034/2009).....	615
7. Questões.....	617

12. INELEGIBILIDADES	623
1. Noção Geral.....	623
1.1. Diferença entre inelegibilidade e condição de elegibilidade	624
1.2. Classificações doutrinárias	629
1.2.1. Primeira classificação (quanto à forma).....	629
1.2.2. Segunda classificação (sentido lato — quanto à espécie).....	629
1.3. Classificações mais aplicadas	629
1.3.1. Em relação ao cargo.....	629
1.3.1.1. Inelegibilidades absolutas	629
1.3.1.2. Inelegibilidades relativas	630
1.3.1.2.1. Motivos funcionais	630
1.3.1.2.2. Motivos de parentesco (evitar o continuísmo/dinastias políticas e o uso da máquina)	631
1.3.2. Motivo de domicílio.....	640
1.4. Inelegibilidade (ou condição de elegibilidade implícita) pela vida pregressa	641
1.4.1. Antes da decisão do STF na ADPF n. 144/2008	641
1.4.2. Depois da decisão do STF na ADPF n. 144/2008, como ficou a questão da vida pregressa de candidato? Pode ser objeto de AIRC por força de “condição de elegibilidade implícita” ou somente se houver previsão em lei complementar?.....	644
1.5. Inelegibilidade por rejeição de contas	645
1.6. Tabela de inelegibilidades	658
2. Questões	677
13. RECURSOS ELEITORAIS	681
1. Visão Geral.....	681
2. Princípios Recursais	692
3. Espécies	693
3.1. Recursos cíveis	693
3.1.1. Recurso Inominado Eleitoral — contra decisões das Juntas Eleitorais	693
3.1.2. Recurso Inominado Eleitoral — contra decisão dos Juízes Eleitorais.....	695
3.1.3. Recurso contra a Diplomação	697
3.1.4. Embargos de Declaração.....	701
3.1.5. Agravo Regimental (interno)	705
3.1.6. Agravo de Instrumento	707
3.1.7. Recurso Ordinário Eleitoral	715
3.1.8. Recurso Especial Eleitoral	718
3.1.9. Recurso Ordinário Constitucional para o STF.....	724
3.1.10. Recurso Extraordinário ao STF	727
3.1.10.1. Da repercussão geral — art. 102, § 3º, da CF/88	730
3.1.11. Recurso Parcial	734
3.1.12. Recursos Cíveis — regras e exceções da Lei n. 9.504/97	737
3.1.13. Recursos Cíveis — regras e exceções para a Lei Complementar n. 64/90	739
4. Recursos Criminais.....	740
4.1. Recurso Eleitoral Criminal	741
4.2. Revisão Criminal	742
4.3. Embargos Infringentes.....	743
4.4. Embargos de Divergência.....	745

4.5. Embargos Declaratórios	745
4.6. Recurso em Sentido Estrito	746
4.7. Recurso Especial Eleitoral Criminal	747
4.8. Recurso Ordinário Eleitoral.....	747
4.9. Recurso Ordinário Constitucional	748
4.10. Recurso Extraordinário Eleitoral.....	748
5. Remédios Constitucionais (Mandado de Segurança e <i>Habeas Corpus</i>).....	749
6. Reclamação	770
7. Consultas	777
8. Possibilidade de Recurso Especial ao TSE em Prestação de Contas e a Lei n. 12.034/2009	779
9. Questões	780
14. PROCESSO PENAL ELEITORAL	783
1. Visão Geral.....	783
1.1. Crimes eleitorais	783
1.1.1. Conceito de crime eleitoral	783
2. Crimes Eleitorais — aspectos processuais	797
2.1. Lei n. 11.719/2008.....	797
2.1.1. Da não incidência do art. 16 da CF/88.....	797
2.1.2. Da antinomia.....	797
2.1.2.1. Antinomias aparentes genéricas.....	798
2.1.2.2. Antinomias aparentes específicas ou especiais (em que a própria lei estabelece se a regra nova ou velha é a que se aplica).....	799
2.1.3. Da antinomia especial da Lei n. 11.719/2008.....	799
2.1.4. Conclusões	801
2.2. Rito dos crimes eleitorais: art. 355 e ss. do CE c/c Lei n. 11.719/2008.....	802
2.3. Fluxograma — rito dos crimes eleitorais com o advento da Lei n. 11.719/2008.....	804
3. Revelia do Processo Penal Eleitoral — art. 366 do CPP.....	806
4. Lei n. 8.038/90 — Foro pela Prerrogativa de Função nos Crimes Eleitorais.....	810
5. Tipicidade conglobante de Eugênio Raúl Zaffaroni nos Crimes Eleitorais. Teoria inédita do Professor Thales Tácito.....	813
6. Culpabilidade nos Crimes Eleitorais. Teoria Inédita do Professor Thales Tácito.....	815
7. Questões	817
REFERÊNCIAS.....	819